

A língua Tupinambá

Nataniel dos Santos Gomes(UFRJ / SUAM)

Todas as línguas são classificadas em famílias lingüísticas de acordo com o critério genético. A família lingüística é constituída por um grupo de línguas para as quais se acredita numa origem comum, ou seja, as línguas de uma determinada família são manifestações diversas e alteradas pelo tempo de uma língua ancestral comum. O problema é que a maioria destas línguas ancestrais são pré-históricas, portanto sem nenhuma documentação. É a partir de estudos histórico-comparativos dessas línguas, ou pelo menos de alguns aspectos gramaticais destas, que se parte para a descoberta das características comuns entre elas. É da comparação dos sons, das palavras, das formas gramaticais, de pelo menos duas línguas, que é possível formular hipóteses sobre suas origens.

O Tupinambá fez parte da família Tupi-Guarani. Essa merece destaque entre as outras famílias da América do Sul, graças à extensão territorial em que estão distribuídas suas línguas. No século XVI, as línguas desta família eram faladas em praticamente todo o litoral brasileiro e ainda na bacia do rio Paraná. Hoje, essa família de línguas é encontrada no Maranhão, no Pará, no Amapá, no Amazonas, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Goiás, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e também fora do Brasil, na Guiana Francesa, na Venezuela, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Paraguai e na Argentina.

Os primeiros dados do Tupinambá registrados datam do início do século XVI, mas é somente em 1575 que são produzidos os primeiros textos sobre a língua. Eram textos religiosos do Pai-Nosso, da Ave-Maria e do Credo, traduzidos para o Tupinambá por missionários jesuítas, coletados a partir de um informante indígena catequizado na doutrina católica pelo francês Andre Thevet.

Depois, outro francês, Jean de Lery, pastor protestante, organizou um documento em que tentava reproduzir conversas cotidianas dos índios com os europeus. Segundo o Prof. Aryon Rodrigues (1994), praticamente todos os europeus que vinham para o Brasil acabavam aprendendo a falar o Tupinambá, de acordo com a oportunidade de convívio com os índios. Os missionários jesuítas, além de trabalharem no catecismo católico, passaram também a produzir textos próprios, como por exemplo, José de Anchieta, que produziu mais de 4000 versos em Tupinambá. Ao mesmo tempo, Anchieta elaborou a primeira descrição gramatical do Tupinambá. A segunda gramática impressa sobre o Tupinambá, foi elaborada pelo padre

Luís Figueira. Na segunda metade do século XVII, já haviam jesuítas nascidos no Brasil e totalmente bilíngües, mas provavelmente pouquíssimos índios devem ter aprendido a escrever em sua própria língua.

Na atualidade, os estudos elaborados pelos jesuítas despertam pouco interesse aos pesquisadores.

Ainda assim a língua indígena mais conhecida em nosso país foi o Tupinambá (Tupi Antigo). Esta foi predominante nos contatos entre portugueses e índios no período colonial, tornando-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia na região norte.

É interessante notar que o uso desta língua se tornou tão geral pela população luso-brasileira no século XVIII, que o governo chegou a proibi-lo. Mesmo assim o Tupinambá deixou sua marca na língua portuguesa, por exemplo, numa amostra de um pouco mais de mil nomes brasileiros de aves, um terço, são de origem Tupinambá, segundo Aryon Rodrigues (1994).

Precisamos ainda fazer um acréscimo: o Prof. Frederico G. Edelweiss (1969) discorda da maioria dos especialistas do Tupi ao afirmar que: “(...) não se falava o dialeto Tupinambá, mas o Tupiniquim, do gentio que dominava naquelas plagas” (1969:74).

Ele ainda afirma que o padre Anchieta não se referiu ao léxico em geral, mas a determinado emprego verbal do Tupinambá, traçando diferenças entre o Tupi de São Vicente e o Tamôio do Rio de Janeiro. Ele faz a seguinte afirmação, depois de citar vários exemplos:

Por língua brasílica ou tupi compreende-se tão só dialeto unificado dos compêndios jesuítas, geralmente sem especificação das divergências locais.

No Tupinambá, ao contrário, houve três dialetos distintos, dos quais conhecemos certas peculiaridades apenas de dois: do guanabario e do maranhense. Do terceiro, do bahiano, muitas formas devem ter sido aproveitadas no Tupi, mas essas não poderíamos determinar, senão em parte, por questionáveis deduções.

Portanto, tupinambá, linguisticamente falando, é um conceito específico e, assim mesmo, ainda carece de circunscrição geográfica para ter valor.

Nunca existiu propriamente uma língua ou um dialeto tupinambá, porque nunca os três dialetos foram submetidos

exclusivamente a um processo normativo, que unificasse as modalidades dos seus três núcleos geográficos. (1969:99)

Bibliografia

- DOOLEY, Robert A. (red.) *Estudos sobre línguas tupí do Brasil*. Série lingüística, n° 11, Summer Institute of Linguistics, Brasília: 1984.
- EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupi e tupi-guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1969.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2.ed. Loyola. São Paulo, 1994.